



CPCJ

COMISSÃO DE PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS

**RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DA
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE
CRIANÇAS E JOVENS DE
MIRANDELA DO ANO DE 2013**



INTRODUÇÃO

A Comissão de Proteção de Menores de Mirandela, criada em maio de 1995 e reorganizada em dezembro de 2000, passando a chamar-se Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral.

Nos termos da alínea d) do artigo 24º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro (Lei de proteção de crianças e jovens em perigo), compete ao presidente elaborar o relatório anual de atividades e avaliação e submetê-lo à aprovação da comissão alargada. Compete a esta, por sua vez, nos termos da alínea h) do número 2. do artigo 18º do aludido diploma, aprovar o Relatório Anual de Atividades e Avaliação elaborado pelo presidente e enviá-lo à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

Embora essa seja uma competência própria e exclusiva do Presidente da CPCJ, para a sua elaboração houve que convocar os contributos valiosos dos restantes membros da Comissão Restrita e de outros técnicos adstritos à CPCJ de Mirandela.

O presente relatório procurará, com objetividade e racionalidade, traduzir o essencial da atividade da CPCJ de Mirandela durante o ano de 2013. Estamos, contudo, certos de que ele dificilmente conseguirá traduzir a motivação, o empenho e a paixão de todos os membros da CPCJ no exercício de uma nobre função de relevante interesse social e comunitário.



Para o resultado final contribuíram as instituições de Mirandela que deram o seu apoio e que souberam envolver-se num trabalho efetivo de parceria e de complementaridade a todos os títulos louvável e ímpar, não obstante ainda haver muito a progredir a esse nível.

1. COMPOSIÇÃO DA CPCJ DE MIRANDELA

Em 21 de janeiro de 2013 assumiu funções na CPCJ de Mirandela um novo Presidente em representação do Município de Mirandela, Rui Fernando Moreira Magalhães. Continuaram a integrar a Comissão Restrita Maria Manuela Pinto Alves Teixeira (Secretária e elemento cooptado), Fernanda Maria do Sacramento Mesquita (Representante do Ministério da Educação que substituiu no ano letivo 2013/2014 Alexandra Prada), Maria dos Anúncios Padrão (Representante da Segurança Social) Helena Isabel Correia Silvestre (Representante do Centro de Saúde II, que tinha sido substituída durante o ano de 2013 por Sónia Felgueiras), Sandra Cristina Bento Gomes (ESPROARTE e elemento cooptado) e Fátima Claudia Pimentel Pereira (Representante da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela).

A Comissão Alargada, além dos elementos já indicados da Comissão Restrita, foi assim formada:

Felicidade Alves Quintas - Casa do Menino Jesus de Mirandela

Padre Manuel Ferreira Mendes – Fundação Salesianos

Maria Luísa Deimãos Lopes – Assembleia Municipal

Eduarda Ari Neiva Rosa, em substituição de Pedro Félix Fonseca -
Assembleia Municipal

Fernanda da Conceição Ferreira Cerqueira - Assembleia Municipal

Rita Bárbara Pires Messias - Assembleia Municipal

Manuel Jorge Pires Teixeira – Delegação de Bragança do IPDJ

Capitão Luis Filipe Afonso dos Reis – GNR de Mirandela

Subcomissário Bruno André Rodrigues Machado – PSP de Mirandela

Luis Miguel Escoval Pires - Associação Cultural e Recreativo de Valbom dos Figos

Rui Miguel Costa de Sá – Representante das Associações de Pais

A Interlocutora do Ministério Público começou por ser a Dr^a Ema Afonso e passou a ser a Dra. Bárbara Rodrigues Pinheiro Campos a partir de setembro.

Integraram também a CPCJ de Mirandela no ano de 2013 duas estagiárias: a Neuza Gomes (Estágio Profissional de 9 meses e formação em Educação Social) e a Daniela Araújo (Estágio Curricular de 270 horas pelo IPB/Mestrado em Educação Social).

2. REUNIÕES DA COMISSÃO ALARGADA

A Comissão Alargada não reuniu o número de vezes exigido por lei, ao que não foi estranho o período normal de férias de verão mas também as Eleições Autárquicas de outubro. Esse aspeto menos positivo terá de ser corrigido em 2014.

Assim sendo, reuniu no dia 21 de janeiro de 2013 e no dia 15 de abril de 2013.



3. REUNIÕES DA COMISSÃO RESTRITA

A Comissão Restrita reuniu, regra geral, todas as semanas às segundas-feiras, a partir das 14.30 horas. Na maioria das reuniões estiveram presentes os sete membros que a compõem.

As reuniões foram um espaço privilegiado para distribuir trabalho, para discussão e análise de casos, para marcação de entrevistas, de visitas domiciliárias ou outros contactos, para apresentação de propostas de medidas ou da sua revisão ou cessação e para prestação de informação, entre outras tarefas.

No final das reuniões, as técnicas trabalhavam os casos e os acompanhamentos concretos.

4. REUNIÕES COM AS ESTRUTURAS REGIONAIS E NACIONAIS

O Presidente da CPCJ esteve presente na reunião do dia 17 de maio, em Macedo de Cavaleiros com o NACNNOR.

Decorreu no dia 17 de outubro, em Mirandela, uma reunião do Núcleo de Apoio à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco a Norte com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do distrito de Bragança.

Esse encontro distrital serviu para realizar uma reflexão conjunta sobre as dificuldades e constrangimentos que as CPCJ's enfrentam na execução da sua missão de promoção dos direitos da criança e do jovem e da prevenção ou término de situações suscetíveis de afetar a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o seu desenvolvimento integral. Com o apoio do supervisor do Núcleo Nacional, Dr. Francisco Maia Neto, foi também feito um balanço da aplicação das medidas de promoção dos direitos e proteção e indicados comissários formadores do distrito. Marcaram presença o Presidente e todas as técnicas da Comissão Restrita.

No dia 25 de novembro, teve lugar uma reunião com o Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e as CPCJ's do distrito de Bragança no Auditório Paulo Quintela em Bragança, onde estiveram o Presidente e a Secretária da CPCJ.

5. LOCAL DE ATENDIMENTO E CONDIÇÕES FÍSICAS, LOGÍSTICAS E MATERIAIS

Embora no passado as condições fossem deficitárias, o local de atendimento da CPCJ de Mirandela continua a não o ideal por razões de falta de privacidade mas prevê-se que durante o ano de 2014 possa haver novidade a esse nível.

Durante o ano de 2013, a CPCJ de Mirandela passou a dispor de uma nova máquina trituradora, o que permitiu a destruição dos processos já extintos, e de um novo computador.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CPCJ de Mirandela deliberou aderir ao Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, em abril, tendo sido organizadas os seguintes eventos:



03 de abril: **Instalação do Conselho Municipal da Juventude**

Auditório Municipal – 21.30 horas

Organização: Município de Mirandela

10 de abril: **Workshop «Violência Escolar e Bulling»**

Auditório Municipal – 17.00 horas

Organização: Unidade de Cuidados na Comunidade

11 de abril: **Lançamento do livro de Paulo Pontes «O Menino Invisível»**

Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes – 17.30 horas

Organização: CPCJ

15 de abril: **Realização de uma reunião da Comissão Alargada da CPCJ de Mirandela**

Sala Sarmento Pimentel da Biblioteca Municipal – 17.30 horas

Organização: CPCJ

15 de abril: **Conferência de Imprensa sobre o Movimento Processual da CPCJ em 2012**

Auditório Municipal – 18.00 horas

Organização: CPCJ

17 de abril: **«Poesia para Todos»**

Auditório do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 9.00 horas

Organização: Nuclisol Jean Piaget, Agrupamento de Escolas de Mirandela e EPA de Carvalhais

De 17 a 24 de abril: **«O Cyberbullying e os Riscos das Redes Sociais»**

Escola Secundária de Mirandela

Organização: Programa Escolhas/Projeto Incentivar

18 de abril: **Ação de Reflexão sobre «A Relação Escola-Família»**

Auditório da Galeria Turismo de T. D. Chama – 18.00 horas

Organização: Programa Escolhas/Projeto Incentivar

23 de abril: **Missa Pascal com o tema «Cristo e as Crianças»**

Escola Secundária de Mirandela – 10.30 horas

Organização: Agrupamento de Escolas de Mirandela

23 de abril: **Ação de Reflexão sobre «A Relação Escola-Família»**

Auditório do Agrupamento de Escolas de Mirandela – 18.00 horas

Organização: Programa Escolhas/Projeto Incentivar

23 de abril: **Sinfonia Infantil pela ESPROARTE e Filme Animado**

Auditório Municipal de Mirandela – 14.30 horas
Organização: CPCJ e Câmara Municipal de Mirandela

24 de abril: **Filme «Um Segredo Muito Nosso»**

Auditório Municipal de Mirandela – 10.00 horas
Organização: Câmara Municipal de Mirandela

24 de abril: **Conferência «Miúdos Seguros na Net»**

Auditório Municipal – 20.30 horas
Organização: Junta de Freguesia de Mirandela

29 de abril: **Marcha Solidária e Ação «Não à Agressividade entre Pares»**

Parque Dr. José Gama – 9.30 horas
Organização: Loja Ponto Já/IPDJ

29 de abril: **Marcha Solidária e Ação «Não à Agressividade entre Pares»**

Parque Dr. José Gama – 9.30 horas
Organização: Loja Ponto Já/IPDJ

29 de abril: **Missa Campal, com atuação de um Quarteto de Cordas da Esproarte e Largada de Balões, em Memória das Crianças Vítimas de Maus Tratos e das Crianças Desaparecidas**

Parque Dr. José Gama – 14.30 horas
Organização: Unidade Pastoral de Mirandela, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Mirandela

30 de abril: **Seminário «Os Maus Tratos na Infância: Prevenção, Diagnóstico e Intervenção»**

Auditório Municipal – 9.30 horas
Organização: CPCJ

OUTRAS AÇÕES:

- Apresentação de proposta da inclusão dessa temática no Plano de Formação do Centro de Formação de Associações de Escolas do Tua e Douro Superior;

- Apresentação de proposta de atribuição de Distinção de Mérito Social aos Lares de Infância e Juventude do Concelho de Mirandela (Salesianos, CAT da SCM e Casa do Menino Jesus de Mirandela);

- Colocação de um Cartaz da Declaração dos Direitos das Crianças em todos os muppies de Mirandela;

- Leitura de um Princípio da DDC por dia na RTQ gravados por crianças;

- Apresentação de proposta da criação de uma Secção na Biblioteca Municipal dedicada aos Direitos das Crianças e à Prevenção dos Maus Tratos na Infância;

- Apresentação de proposta de inserção da temática nas atividades do Plano Nacional de Leitura (PNL);

- Visitas de trabalhos aos LIJ (Lares de Infância e Juventude) do concelho de Mirandela;

- Afixação de Cartazes sobre Serviços de Apoio, Informação e Aconselhamento para Crianças e Jovens, referidos na RTQ;

- Afixação de Cartazes sobre Sinalização de Situações de Risco ou Perigo;

- Integração de uma Estagiária no Serviço Administrativo e Social da CPCJ de Mirandela, cedida pela Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;

- Conclusão do Processo de Candidaturas dos Juizes Sociais.

O Presidente, a Secretária e a Técnica Cristina Gomes estiveram presentes no Encontro Nacional de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no ano de 2012 que teve lugar em Ourém/Fátima, nos dias 30 e 31 de maio de 2013, no Centro Pastoral Paulo VI, com o tema "O Direito da Criança a um Sistema Integrado de Promoção e Defesa dos seus Direitos".

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Mirandela organizou, entre os dias 20 e 25 de novembro, uma exposição de trabalhos alusivos ao tema dos Direitos das Crianças, no âmbito do Dia Internacional

da Convenção para os Direitos da Criança. O desafio foi lançado aos Jardins de Infância do concelho de Mirandela que tiveram assim a oportunidade de refletir sobre esta questão tão importante.



O Dia Internacional da Convenção para os Direitos da Criança (CDC) comemora-se a 20 de novembro de forma a assinalar o dia em que no ano de 1989 as Nações Unidas adotaram por unanimidade a CDC, documento que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respetivas disposições para que sejam aplicados.

7. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTERNAS

No dia 26 de janeiro o Presidente da CPCJ e as técnicas Manuela Teixeira e Cristina Gomes participaram na reunião de Encerramento da 4ª Geração do Programa Escolhas e nos dias 21 de fevereiro e 18 de dezembro numa reunião de Consórcios.

No dia 27 de março participou numa reunião da Plataforma Supraconcelhia da Rede Social em representação do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

O Presidente da CPCJ e outros técnicos da CPCJ, em representação de outras entidades, participaram com regularidade, na qualidade de parceiro, em reuniões do CLASMIR (Conselho Local de Ação Social de Mirandela) da Rede Social de Mirandela, nomeadamente 19 de fevereiro (no Auditório Municipal) a 2 de julho (na Santa Casa da Misericórdia de Mirandela) e a 6 de dezembro (no Centro Social e Paroquial do Romeu).

Nos dias 29 de janeiro e 6 de fevereiro participou também num grupo de trabalho no âmbito do CLASMIR na área do Emprego e Formação Profissional.

Participou também, juntamente com as outras técnicas da Comissão Restrita da CPCJ de Mirandela, em ações de formação e outras iniciativas para a elaboração do Diagnóstico Social e do Plano Municipal da Igualdade, tendo estado também presente na assinatura do Protocolo entre a CIG (Comissão para a Igualdade de Género) e o Município de Mirandela que teve lugar no Salão Nobre da CMM no dia 18 de julho. O Projeto equ@lizar Mirandela tinha o objetivo de desenvolver e implementar um plano integrado para promover a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade do concelho de Mirandela com a finalidade de sensibilizar a população para a importância da igualdade de género e a eliminação de estereótipos no processo de desenvolvimento local, e integrar a dimensão do género em todas as políticas, programas e projetos de forma a incentivar a cidadania, incrementar uma participação social equilibrada e sustentar o desenvolvimento. O Projeto em causa irá promover boas práticas em igualdade de género, e Igualdade de Oportunidades, criando instrumentos de suporte e promovendo debates e espaços de reflexão.

O Município de Mirandela apresentou no dia 9 de setembro o seu Plano Municipal para Igualdade a executar nos próximos dois anos. Na presença de técnicos da Rede Social, fundamentais neste processo pela sua colaboração pronta, foi feito um balanço final do Projeto Equalizar Mirandela no âmbito da Igualdade de Género e foram nomeados Conselheiros Locais para a Igualdade a Dr^a Sandra Pimparel, socióloga da Câmara Municipal, e o Dr. Fernando Pesseguero, Chefe na Esquadra da PSP de Mirandela.

No dia 3 de abril, o Presidente esteve presente no ato de instalação do Conselho Municipal de Juventude de Mirandela, um compromisso assumido pelo Município de Mirandela em setembro de 2012 durante a Semana da Juventude e Desporto. O Conselho Municipal de Juventude de Mirandela é o órgão consultivo do Município ao qual compete pronunciar-se sobre os assuntos relacionados com a juventude. A sua constituição surgiu da

necessidade de observar as necessidades, as motivações e as aspirações dos jovens do Município de Mirandela no âmbito da definição de políticas da juventude para o concelho.

O Município de Mirandela, com o apoio da Junta de Freguesia de Mirandela, organizou um workshop sobre «A Função dos Juízes Sociais», tendo como oradora a Dr^a Eliana Gersão, Jurista e membro do Centro do Direito da Família, composto por docentes da Faculdade de Direito de Coimbra e por investigadores dedicados ao estudo do Direito da Família e dos Menores. Estiveram presentes o Presidente, Manuela Teixeira, Cristina Gomes, Fátima Pereira e Neuza Gomes.

Após a aprovação da lista de Juízes Sociais pelos órgãos do Município de Mirandela e do encontro do que havia sido previsto, realizou-se uma ação de formação com a temática «A Lei Tutelar Educativa» para os 18 juízes sociais, cuja oradora foi uma magistrada judicial, a Dr^a Vânia Magalhães. Assistiram o Presidente da CPCJ, Cristina Gomes e Fátima Pereira.

No dia 4 de junho teve lugar a Assembleia Municipal de Crianças e Jovens de Mirandela, no Auditório Municipal. Estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng. António Almor Branco, o Vice-presidente da Câmara Municipal, Dr. José Maçaira, o Presidente da CPCJ, Dr. Rui Magalhães, e o Adjunto do Presidente da Câmara, Eng. Luís Pereira.

No dia 20 de setembro, o Presidente marcou presença na inauguração das novas instalações do Banco Solidário da Santa Casa da Misericórdia, assim como a Secretária Manuela Teixeira.

O Presidente da CPCJ participou nas seguintes ações de formação com relevância para a temática das crianças e jovens em risco ou em perigo:

10 de dezembro de 2013

(De)bater o Bullying: por uma escola 100violência

APAV de Vila Real

Teatro Municipal de Vila Real

25 de novembro de 2013

Seminário Investigação e Práticas de Intervenção na Violência Doméstica

Núcleo de Apoio à Vitima de Violência Doméstica (NAVVD)

Bragança

27 de junho de 2013

Ação de Formação "Conciliação da Vida Profissional e Familiar "

Projeto Equalizar – POPH Medida 7.2

Auditório Municipal de Mirandela

6 horas

17 de junho de 2013

Ação de Formação "Estereótipos de género, direitos à maternidade e paternidade"

Projeto Equalizar – POPH Medida 7.2

Auditório Municipal de Mirandela

4 horas

14 de junho de 2013

**1º Encontro das ELI da Região Norte
Partilhar para Crescer**

Teatro Municipal de Vila Real

Maio e junho de 2013

Ação de Formação para Agentes "Conselheiros/as para a Igualdade"

Projeto Equalizar – POPH Medida 7.2

Auditório Municipal de Mirandela

24 horas

9 e 10 de maio de 2013

Proteção de Crianças em Perigo – Modelo Discussão de Casos

ISS de Bragança

21 horas

02 de maio de 2013

Ação de sensibilização para a mudança organizacional e promoção de medidas positivas para a igualdade de oportunidades

Projeto Equalizar – POPH Medida 7.2

Auditório Municipal de Mirandela

4 horas

5 e 12 de março de 2013

Tráfico de Seres Humanos

APF (Associação para o Planeamento da Família)

Auditório Municipal de Mirandela

12 horas

07 de março de 2013

Seminário “Cidadania na Escola, para um futuro melhor”

Intervenção como Orador

Agrupamento de Escolas de Mirandela

Auditório Municipal de Mirandela

Os restantes técnicos da Comissão Restrita também participaram em algumas dessas ações de formação e noutras também de relevância funcional.

8. MOVIMENTO PROCESSUAL 2013



O movimento processual foi retirado do sistema informático e, face aos anos anteriores, verificou-se um acréscimo global do número de processos de promoção e proteção instaurados, cuja sinalização proveio de sobremaneira do Agrupamento de Escolas de Mirandela. A problemática dominante foi o abandono e o absentismo escolares.

Vejam os números mais em concreto, os quais constarão mais em pormenor no anexos do presente documento.

Do ano de 2012 transitaram 43 processos e foram instaurados 63 (61 novos processos e 2 recebidos de outras CPCJ's). Foram reabertos 11 processos. No total tivemos 117 entradas. Destas, 52 foram arquivados na fase preliminar e 21 na fase pós-preliminar. Tal significa que houve 73 saídas e que foram 44 os processos ativos.

Foram sinalizadas 115 crianças/jovens. Foram na sua grande maioria do escalão etário 15-17 anos (56), logo seguido do escalão etário 11-14 anos (20). Dos 115 crianças/jovens, 63 eram do sexo masculino e 52 do sexo feminino. Apenas um dos jovens tinha uma deficiência.

Não foi possível determinar a nacionalidade de 112 crianças ou jovens. Tal significa que esse dado não é registado, o que deve ser motivo de ponderação. Como é bom de entender, a grande maioria são de nacionalidade portuguesa.

Em relação à problemática assinalada temos os seguintes números:

- ❖ Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu desenvolvimento: 2
- ❖ Violência doméstica: 3
- ❖ Negligência: 1
- ❖ Ausência temporária de suporte familiar ou outro: 3
- ❖ Negligência ao nível psicoafetivo: 2
- ❖ Abandono escolar: 13
- ❖ Absentismo escolar: 19

-
- ❖ Negligência face a comportamentos da criança/jovem: 2
 - ❖ Consumo de estupefacientes: 3
 - ❖ Outras situações de perigo: 9
 - ❖ Outros comportamentos: 15
 - ❖ Não aplicáveis: 47

As entidades que mais sinalizaram à CPCJ de Mirandela em 2013 foram as autoridades policiais (33) e os estabelecimentos de ensino (24). É praticamente residual a sinalização por parte de familiares, vizinhos ou cidadãos (6 no total).

A modalidade de contacto prevalecente foi a informação por escrito (56), logo seguida pela presencial (8) e pelo correio eletrónico (4).

Foram celebrados 50 acordos de promoção e proteção e aplicadas as seguintes medidas:

- ❖ Acolhimento em instituição: 33
- ❖ Apoio junto dos pais: 22
- ❖ Apoio junto de outro familiar: 2
- ❖ Confiança a pessoa idónea: 1
- ❖ Acolhimento familiar: 1

Dos 52 processos arquivados liminarmente, em 35 a situação de perigo já não se confirmava e em 12 a situação de perigo já não subsistia.

Dos 21 processos/cessados em 2013, em 7 a situação já não subsistia, em 3 o menor atingiu a maioridade e em 3 por ter passado a residir fora do território nacional.

Dos 44 processos ativos, 9 estavam em análise preliminar, 2 estiveram em avaliação preliminar, 2 em avaliação diagnóstica, 3 em deliberação e contratualização e 30 em acompanhamento. As problemáticas mais assinaláveis foram:

-
- ❖ Negligência: 7
 - ❖ Criança abandonada ou entregue a si própria: 6
 - ❖ Absentismo escolar: 6
 - ❖ Ausência temporária de suporte familiar ou outro: 3
 - ❖ Exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento: 3
 - ❖ Outras situações de perigo: 4

9. AVALIAÇÃO FINAL DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2013

Da análise do movimento processual de 2013, é fácil concluir que houve um aumento considerável das sinalizações, embora na maioria não se tivesse confirmado a situação de perigo ou risco. Tal significa que, por uma questão de segurança, as autoridades policiais e o Agrupamento de Escolas recorrem com mais frequência à CPCJ de Mirandela. Tal pode também ser consequência de uma nova abordagem da articulação entre a CPCJ de Mirandela e o Agrupamento de Escolas de Mirandela e o empenho da Professora Tutora do Ministério da Educação.

A CPCJ de Mirandela sentiu também a necessidade da existência de um sistema informático partilhado entre a CPCJ, Ministério Público e autoridades policiais que permita de imediato saber qual a situação das crianças e jovens sinalizados. Urge sinalizar bem e encaminhar bem as situações para quem de direito.

SWOT é a sigla dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A Análise SWOT é um poderoso mecanismo utilizado para planeamento estratégico que consiste em colher dados essenciais que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) da empresa. A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise ambiental, sendo a base da gestão e do planeamento estratégico numa empresa ou instituição.

Análise SWOT da CPCJ de Mirandela

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Maior disponibilização temporal da Professora Tutora/representante do Ministério da Educação; - Existência de um espírito de equipa salutar; - Pessoal técnico qualificado com qualificações académicas diversas e complementares (direito, serviço social, psicologia, educação e saúde); - Integração de duas estagiárias; - Aplicação informática; - Apoio próximo do NACNNOR e da CNPCJP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de respostas que permitam a aplicação diversificada de medidas de promoção e proteção, sobretudo para problemáticas mais específicas; - Existência de um espaço de atendimento deficitário (não garante a exigível privacidade); - Trabalho desgastante e sujeito a enorme pressão emocional e a stress permanente; - Reduzida disponibilidade temporal da maioria das técnicas da Comissão Restrita.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> - Maior consciencialização dos direitos humanos e dos direitos das crianças; - Reforço dos mecanismos de sinalização, de resposta e de apoio a nível nacional; - Existência de uma Rede Social eficaz e eficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desumanização e individualismo nas relações interpessoais; - Desagregação da família clássica; - Crise económica e diminuição de rendimentos; - Diminuição qualitativa das relações de vizinhança.



ANEXOS

MOVIMENTO PROCESSUAL DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA DA CNPCJR